



Edição especial

O GERMINAL

Boletim da Oposição Estudantil C.C.I.

www.oposicaocci.blogspot.com | oposicaocci@yahoo.com.br

OPOSIÇÃO
CCI 5 ANOS
2007-2012
de luta e organização

Nº 27 - Novembro de 2012 - Edição Especial 5 anos de CCI

EDITORIAL

Em comemoração aos 5 anos da Oposição CCI, lançamos esta edição especial de O GERMINAL. Não haveria momento mais oportuno do que este para realizar uma profunda reflexão sobre a situação ímpar na UnB da “maré” direitista que a tomou. Tal momento nos reconduz às nossas tarefas fundacionais e à confiança de que a força coletiva dos estudantes pode mudá-lo.

Pedimos licença e desculpas pela extensa análise que apresentaremos. Mas é necessário acabar com o mito de que “toda esquerda fala a mesma coisa”. E para isso temos que fugir dos textos panfletários: é o que buscamos fazer nesta edição. Queremos provocar cada estudante para tomar responsabilidade em parte do problema que vive o Movimento Estudantil, identificando “quem é quem” e avançando conosco no debate/resolução desta conjuntura amorfa na UnB.

Surgida em meados de 2007, a Oposição CCI entendia como tarefa do momento lutar contra a Reforma Universitária Neoliberal do governo Lula/PT, atuando como um germe no interior do Movimento Estudantil para sua reorganização pela base em unidade com a classe trabalhadora. Hoje, em fins de 2012, esta exigência permanece atual.

Batizada de forma a caracterizar nossos princípios, meios e metas, a sigla “C.C.I.” postulava, já desde nosso primeiro boletim, o norte político que nos balizaria até os dias de hoje: **“Combatividade: Mobilizar as bases no sentido da ação direta, das greves, mobilizações de massas, ações radicalizadas em lugar de ir a reboque do parlamento burguês”, “Classismo: Unificar a luta dos estudantes proletários com a luta dos trabalhadores, dar ao movimento estudantil seu papel de**

classe” e “Independência: Que o movimento estudantil seja independente de governos e patrões, partidos, que possua fóruns de deliberação democrática direta.”

Com este mesmo norte, analisamos a UnB de 2012, que nas respectivas eleições da ADUnB, DCE e Reitoria foi tomada pelos grupos de direita. Eleições estas, como de CAs e DCE, que sempre participamos com a seguinte política: de que ganhá-las a qualquer custo pode gerar mais prejuízos, e que é preferível defendermos integralmente nossas bandeiras e posições, ainda que assim percamos, pois só dessa forma somos capazes de construir uma sólida referência programática na Universidade.

A Oposição CCI decidiu, neste ano, não concorrer às eleições para DCE. Apesar de não negarmos sua importância, as eleições nunca foram um fim em si mesmo para nós. Mesmo destituídos de aparatos, somos capazes de disputar corações e mentes do estudantado e a direção do Movimento Estudantil. Os problemas do ME não se resolverão de forma meramente eleitoral: ao contrário, a (falta de) qualidade da “esquerda” tem sido um problema crônico. Nosso trabalho agora estará voltado aos cursos e à luta pela assistência estudantil, liberando energia para construir referências de um programa classista e combativo, combatendo imperiosamente a ideologia liberal e pós-moderna e as políticas governista e paragovernista.

A seguir, apresentamos textos que discutem o que representa a atual vitória da direita na Reitoria através da eleição do Ivan Camargo? E a proposta do grupo Aliança Pela Liberdade de instituir um “DCE parlamentarista”, que diabos estão falando? E, nessa conjuntura, para onde ir e o que fazer? Uma Oposição intransigente parece-nos cada dia mais necessária...

Boa leitura! E todos à luta!

**VIVA OS 5 ANOS DE LUTA E ORGANIZAÇÃO DA OPOSIÇÃO CCI!
JUNTE-SE CONOSCO NAS TRINCHEIRAS DOS ESTUDANTES DO POVO!**

A CONSULTA “PARITÁRIA” PARA A REITORIA, O AVANÇO DA DIREITA E OS DESAFIOS DOS ESTUDANTES DA UNB



Nos dias 11 e 12 de setembro de 2012 ocorreram o segundo turno da consulta para a reitoria da UnB. Estavam concorrendo a ela as chapas 80 “O Amanhã fazemos juntos” encabeçada por Marcia Abrahão e a chapa 86 “UnB somos nós” de Ivan Camargo. Após a vitória da chapa 86 no primeiro e no segundo turno, é fundamental que nós estudantes e demais setores da comunidade façamos um balanço da atual situação que vivemos, de nossas formas e conteúdos de atuação até então (que nos levaram a situação que hoje nos encontramos) e qual será os desafios do movimento estudantil daqui para frente.

Sobre a suposta paridade ou “aquilo que todos sabem mas ninguém comenta”

Sob a influência da concepção meritocrática, está em vigência hoje em várias universidades o sistema 70-15-15 (70% do peso para professores, 15% para servidores e 15% para estudantes) nos órgãos

deliberativos e para eleição de certos cargos de gestão universitária. Esta concepção se pauta na argumentação de que professores possuiriam maior capacidade de escolha pelo futuro da instituição, obscurecendo assim as questões políticas que dividem as categorias e as unificam em outros agrupamentos que não o “estamental”.

Ao contrário do que muitos dizem, de que chegamos ao

“máximo de democracia”, os professores ainda continuam tendo o maior peso nas decisões da UnB. Isso se expressa através: **a)** dos conselhos superiores e demais órgãos DELIBERATIVOS e de GESTÃO que ainda funcionam com o sistema “70-15-15”; **b)** da Lista Triplíce com as opções de reitorias que deve passar pelo voto do Conselho Universitário (não-paritário) e após isso pela nomeação da Presidência da República (o que demonstra a ingerência estatal ferindo a autonomia universitária); **c)** através da fórmula da “paridade”, utilizada também em 2008, que garante o peso de 1/3 apenas se a totalidade do segmento for às urnas. Ou seja, a consulta para a reitoria que acabamos de passar é apenas uma pequena parte do debate da democracia universitária, mas que, pelos cargos da Reitoria serem tão cobiçados pelos burocratas de todas as estirpes, se tornou a centralidade e ao mesmo tempo a cortina de fumaça para uma verdadeira reflexão da estrutura universitária.

Nós da Oposição Combativa Classista e Independente (CCI) defendemos o voto universal para a reitoria e demais órgãos de direção da universidade (chefes de departamentos, institutos) assim como para todas as instâncias de poder dentro da estrutura universitária, defendendo tal pauta incondicionalmente em relação ao período vigente, ou seja, estando ou não em épocas de disputas eleitorais.

Conservadorismo, doença infantil do reformismo capenga

Ainda que se devam fazer diversas críticas à ausência de democracia na consulta, é preciso que se faça também uma profunda reflexão acerca dos acontecimentos nos últimos quatro anos na UnB – mais especificamente da Ocupação da Reitoria em 2008 até a presente eleição - que levaram que o grupo ligado à concepção privatista da universidade (em geral, pessoas associadas às gestões Lauro Mory-Timothy) tenha retornado ao poder.

Se, após a Ocupação de 2008, houve um ensaio geral de combate à cartilha privatista do sistema das Fundações Privadas, com a Reitoria de José Geraldo seguiu-se um arrefecimento da luta em função de necessidade de implementar com êxito o conjunto de macro reformas impostas pelo governo na universidade, em primeiro plano o REUNI. Desse modo, era necessário conter o movimento e impedir que ele viesse a gerar uma certa radicalização que pusesse em cheque alguns pontos fundamentais das reformas em curso, entre elas a manutenção do esquema de financiamento privado através das Fundações ditas de apoio, projeto esse endossado pelo governo (vide a proposta, já aprovada e aceita de bom grado pela reitoria José Geraldo, de transferir a gerência de todos os HU’s do Brasil para uma Fundação dita Público-Privada, a EBSERH).

Em virtude desse “compromisso histórico” com os marcos do governo, os grupos políticos governistas que estiveram a frente da Reitoria, DCE e Sinfub nos últimos anos optaram por não comprar uma briga – tanto política, quanto ideológica – com a concepção conservadora da universidade da era Timothy, que diga-se de passagem nunca deixou de ser hegemônica, principalmente entre os professores. Desse modo, o que as urnas nos dizem hoje é que o conservadorismo não precisa de ninguém além dele próprio para alçar seus vãos, isto é, se o reformismo dos grupos governistas não for capaz de levar a cabo uma mudança estrutural na concepção de universidade privatista-clientelista, e quiser apenas usufruir dela para conseguir cargos, a agenda neoliberal irá retornar com toda sua força, sem necessidade de auxílio nenhum da dita “esquerda”. Como nós da Oposição CCI já alertávamos em 2008 na época da Ocupação, o timothismo irá “ceder os anéis para não perder os dedos”. Agora, refortalecido, ele está a pedir os anéis de volta.

Daqui cabe a conclusão política fundamental desse balanço: não existe meio termo entre as concepções populares da universidade e a privatista neoliberal da futura reitoria (e, diga-se de passagem, aceita

pela gestão petista de José Geraldo). Caso estejamos lutando por uma universidade verdadeiramente a serviço das causas populares, não é possível se conciliar, ou aceitar, qualquer compromisso com o conservadorismo prevalecente e sua agenda neoliberal, que deve ser combatida pela raiz e em todos os seus desdobramentos. Como vêm demonstrando os ataques globais à educação pública (vide Chile, Colômbia, Canadá, Itália, para não falar na Grécia...), a ofensiva do capital tem exigido de governos que levem a cabo uma maior austeridade em relação aos gastos sociais em função da bonansa dos rentistas, e esse movimento geral tende a se agravar aqui no Brasil também, sendo a futura reitoria claramente a favor desses ventos.

A disputa entre “direita” e “esquerda” na UnB: confluência neoliberal e disputa burocrática

Os partidos e grupos governistas (PT, PSB) tentaram criar durante o segundo turno um clima de disputa programática entre as chapas concorrentes - mera ilusão. Ao mesmo tempo, a própria Márcia Abrahão tornava seu discurso cada vez mais genérico e vago a fim de conquistar a base reacionária de professores e estudantes. De modo geral, a campanha do “Amanhã Fazemos Juntos” baseava-se em dois pontos fundamentais: **i)** a questão ética e **ii)** a gestão democrática. Por mais que de fato a chapa “UnB somos Nós” defendesse exatamente o mesmo modelo corrupto e corruptor da era Timothy, tecer uma crítica “ética” não era suficiente, pois ela não abarca as questões estrutural e programática de fundo. Caso fossem abordá-las, o clima de indiferenciação imperaria, já que restam mais semelhanças do que diferenças programáticas nestes quisitos.

Sobre a dita gestão democrática, é verdade que os conselhos superiores seriam mais ativos e participativos na gestão da Márcia

Abrahão do que na futura gestão de Ivan Camargo, que chegou a defender a centralização das deliberações no conselho diretor da FUB (!), ponta-de-lança de todos os esquemas de corrupção. Mas, mesmo assim, de nada adianta tais conselhos se sua estrutura não-paritária e anti-democrática continuasse em vigor. De fato, nesse caso, a participação através deles ainda sim seria mais figurativa do que realmente efetiva.

Sendo assim, é claro que há diferenças de metodologia entre a direita e a esquerda governista na aplicação das políticas neoliberais, devendo-se a isto suas próprias construções históricas. A primeira aplicando quase unicamente

através da repressão estatal e estruturas anti-democráticas, e a segunda combinando a repressão com a cooptação das organizações sindicais e estudantis. Apesar dessa diferenciação, existe uma política nacional de modelo de universidade elitista e neoliberal que vem confluindo a algum tempo as forças da “esquerda” governista (PT, PCdoB, PSB) e de direita (PSDB, PMDB). O combate a tal política universitária, a nosso ver, é a “grande política” que deverá ser tocada pelos estudantes do povo e que coloca diante de nós tanto a “esquerda” governista como a direita no campo dos inimigos da Universidade Popular.

As tarefas dos estudantes do Povo!

Diante dessa realidade, o movimento estudantil necessita dar muito mais do que “tapas com luvas de pelica” na burocracia neoliberal. É necessário que se faça uma crítica profunda, radical, às bases do atual modelo de universidade e de reforma educacional em curso no país. O caminho proposto por alguns grupos de “unificar toda a esquerda” (incluindo aí os setores governistas) para “derrotar a direita” pode parecer, à primeira vista, tentador. Porém, agindo assim, teríamos por consequência trocar a crítica qualificada e radical por coligações meramente eleitorais, por votos “fáceis” e por um rebaixamento do programa político para comportar “toda a esquerda”, o que só reforçaria nossa incapacidade de nos contrapor ao discurso neoliberal e reacionário em curso. As recentes eleições do CASESO e do CAFIL,



Ivan Camargo e Márcia Abrahão no 1º turno: a “amistuosidade política” dos governistas favoreceria o “primo” forte

onde direitistas da atual gestão do DCE e petistas compuseram chapas conjuntas, demonstram a falácia de tais propostas “anti-direita”.

Nós da Oposição CCI seguiremos afirmando que: **o pragmatismo que substitui o trabalho árduo de transformação da consciência e da organização estudantil por resultados eleitorais em eleições de CA's e DCE nos anunciam as piores derrotas.**

Um verdadeiro combate ao avanço da direita e do neoliberalismo nos leva precisamente a um caminho contrário - e mais longo, é verdade - daquele que nos propõe os grupos burocráticos de “esquerda”: **1) É necessário fazer um massivo trabalho de base, de sala em sala, de curso em curso, fortalecendo os organismos de base do movimento (os CA's e suas Assembleias) e trazendo eles**

novamente para a luta estudantil, articulando-os às lutas unificadas e Assembleias Gerais; 2) Criar fóruns de CA's, que possam ser órgãos independentes, que gerem experiência de organização e luta nas bases; 3) Fortalecer a política de Oposição permanente (em contraposição às “oposições” formadas em períodos eleitorais) que esteja atuando de forma organizada e que consiga confluir os esforços combativos de cada estudante num mesmo sentido; 4) Construir uma crítica/ação radical contra o atual modelo de universidade elitista e neoliberal em curso no país bem como em defesa de uma Universidade Popular a serviço da classe trabalhadora, ou seja, disputar no movimento estudantil um programa classista e combativo.



PARLAMENTARISMO ESTUDANTIL: “Quando a solução para um doente é a eutanásia”

A chapa "Aliança Pela Liberdade" foi eleita em outubro de 2011 para a gestão anual do Diretório Central dos Estudantes (DCE-UnB). O grupo majoritário da chapa possui orientação política liberal e uma filosofia meritocrática, simpáticos à teoria burguesa de organização do Estado-mínimo, da economia de livre mercado e também da Universidade Privada. Tal orientação político-filosófica é marca de suas ações e concepções sobre o que seja/deva ser o Movimento Estudantil (ME). Resulta disso sua proposta "diferencial" que tentou levar à cabo no fim do mandato e com a qual disputará a gestão 2012-2013 de "transformar o DCE presidencialista em parlamentarista", que foi/será objeto de caloroso debate. Mas, enfim, o que diabos significa este "DCE parlamentarista" proposto por estes jovens liberais?

Da aparente identificação do problema à sua aparente solução

Ao longo de suas atividades e declarações, o grupo "Aliança Pela Liberdade" afirma que os principais problemas do ME na UnB são: **(1)** um ME que "não reflete mais os interesses e as demandas da grande maioria dos estudantes"; **(2)** a transformação do DCE em "estágio na formação de políticos profissionais"; e, por fim, **(3)** a baixa participação dos estudantes nos espaços do ME, pois estes "não se enxergam nos grupos organizados". Estes problemas, afirmam, teriam como causas principais: **(a)** o aparelhamento do DCE por partidos políticos, que **(b)** inserem um "excesso de assuntos externos à universidade [para] dentro da pauta" do ME.

O que há, em nossa visão, de equivocado nisso tudo? Em primeiro lugar, apesar da Oposição CCI ser precursora dentre os atuais grupos estudantis na UnB da crítica vigorosa à um DCE utilizado como trampolim às eleições estatais e recorrente correia de transmissão dos governos de plantão, resultando num tipo de burocratismo e em práticas ensimesmadas que não estimulam a ação política do estudantado, divergimos frontalmente da "Aliança pela Liberdade" no apontamento das causas deste problema. Dizem eles que os **partidos políticos e a intromissão de assuntos externos à UnB** são os principais problemas de um DCE. Este argumento débil é típico do apartidarismo clichê e não se sustenta sob a crítica.

Sobre os partidos políticos, repetimos o que dissemos nas eleições para o DCE em 2011: "Contra o apartidarismo, podemos dizer que não se faz política no vácuo. Mesmo estudantes que creem se engajar de modo partidário acabam, no curso prático de suas atuações, por endossar uma visão política-ideológica qualquer, encontre ela referência partidária ou não." E que "parte da aversão dos estudantes por partidos se dá não pela existência dos partidos em si, mas pela atuação destes, em especial na subordinação dos interesses do movimento aos fins eleitorais burgueses que almejam."

A respeito do temido “assunto externo”, afirmamos, também em 2011 que é impossível “separar problemas da educação de uma realidade social mais ampla, que produz as condições, os meios e os fins do sistema educacional. Não há visão mais ingênua do que crer que as contradições da UnB não correspondem a uma expressão particular das contradições sociais às quais estamos submetidos. Desse modo, por trás de problemas aparentemente triviais existe uma longa cadeia de conflitos sociais que determinam o modelo educacional existente". Assuntos externos, taxados assim pejorativamente, podem ser, portanto, elementos causais de uma parcela dos problemas do cotidiano educacional da UnB; ou podem ser

objetos de estudo da academia ao qual esta tem a contribuir. Mas isto qualquer estudante de introdução à ciência política já deveria saber.

Mas, enfim, como funcionaria esse DCE parlamentarista?

Na proposta “parlamentarista”, a eleição da diretoria do DCE seria realizada de forma indireta através dos membros dos Centro Acadêmicos (CAs) presentes no Conselho de Entidades de Base (CEB), e não mais por eleição universal (1 estudante = 1 voto) e majoritária (gestão formada pela chapa que obtém maioria de votos). A diretoria do DCE, segundo a proposta, seria formada necessariamente por membros dos CAs e teria apenas poderes executivos, sendo o CEB o poder “legislativo”. Ademais, o DCE seria composto, entre outros cargos, de um Presidente com direito à voto de minerva nos CEBs. O “parlamento”, ou seja o CEB, seria um órgão soberano, com poderes de eleger e dissolver este mesmo DCE. Ao invés de pertencer ao voto direto e universal dos estudantes da UnB a eleição ou destituição da diretoria do DCE, este poder pertenceria exclusivamente aos membros dos CAs presentes nos CEBs. Em sua proposta, o CEB passaria a ser a instância superior à Assembleia Geral e inferior somente ao Congresso Estudantil.

A abordagem do problema: materialismo dialético versus pragmatismo unicausal

Para a “Aliança”, o problema que justificaria a proposta deste “DCE Parlamentarista”, seria **(1)** um DCE “distante da realidade dos alunos” e um CEB que não realiza suas funções de “fiscalizar e deliberar” e **(2)** uma centralização na Diretoria do DCE para definir as pautas do ME, tendo o CEB supostamente pouca ou nenhuma autonomia para isso. Afirmam, ainda, que o “parlamentarismo” iria “aumentar a participação dos estudantes em geral no processo de tomada de decisões”, supostamente porque os CAs, através do CEB, “proporciona uma representação mais efetiva das opiniões e interesses dos estudantes do que a Assembleia Geral”. A “Aliança” entende que as Assembleias Gerais são instâncias inerentemente falidas e querem suplantá-las. Ora, não somos cegos para afirmar que não há um problema de massificação/participação geral nas instâncias do ME: evidente que há. Mas o que a “Aliança” pretende fazer é jogar fora o bebê junto com a água suja!

Não nos enganemos: a ideologia da “Aliança” é contrária ao Movimento Estudantil que pratica ação de massas. Almejam um DCE pragmatista que se envolve em ações de tipo burocrática na representação das demandas dos “estudantes-que-estudam” (um pré-

conceito taxativo que gostam de usar). Querem fazer apenas a "política do possível" (um ME "corporativista e de resultados"), sem confrontar os limites da ordem universitária (e societária!) estabelecida, marcada profundamente pelo elitismo. Ao tratar, por exemplo, as Assembleia Gerais – vista, é claro, apenas em sua superfície – como “inerentemente falidas”, a **“Aliança” trata as imperfeições do momento como se fossem naturais e, ao não conseguir (ou melhor, não pretenderem) superá-las, adaptam-se a elas.** Diga-se de passagem, esta mesma adequação às imperfeições do momento é praticada pela “esquerda esquivozofrênica” na UnB – os governistas (UNE/PT/PCdoB) e paragovernistas (ANEL/PSTU, OE-UNE/PSOL). Estes, se em discurso podem até enganar a Juventude Conservadora como sendo “revolucionários” (sic), na prática são “outro alguém” que compartilha as ações de tipo burocrática dos seus primos liberais, portanto parceiros de um grau de parlamentarismo estudantil, uma vez que não atuam para romper o imobilismo político da base, mas que sempre em épocas de eleições (DCE e Reitoria) aparecem para fazer tempestade em copo d’água com seus discursos vazios, como se ganhar tais aparatos fosse a cura de nossos males – e para os ganhar vendem a alma até para o diabo!

A "Aliança Pela Liberdade" entende que a dimensão da participação no Movimento Estudantil é passível de ser reduzida à dimensão da representação. É assim que uma Assembleia Geral, mesmo com quórum, poderia ser substituída por um CEB, ou uma manifestação substituída por um UnB-DOC, ou uma passagem em sala por uma consulta no facebook. E a “Aliança” não é capaz de propor nada além de um “CEB forte”. O primeiro equívoco aí é supor que no momento atual os próprios CAs seriam órgãos dotados de ampla participação dos estudantes de seus cursos, cuja funções políticas seriam travadas com excelência: sabemos que não é assim. Infelizmente, os CAs hoje estão entregues a grupos que não passam de semi-empresários de festas ou que, mesmo que com gestões dotada de vontade política, raramente conseguem tratar os problemas sócio-político-educacionais com relevância, nem estimular ampla participação nas próprias Assembleias de curso ou em mobilizações para interesses particulares que seja. Para a Oposição CCI, os CAs tem um papel basilar na reorganização do ME, pois os cursos seriam quase que “unidades básicas” da totalidade da universidade, e unidades básicas deficitárias dificilmente gerariam uma totalidade atuante. É por isso que um “CEB forte” não resolveria nem de longe os problemas da representação, menos ainda da participação (entendido como ação direta). Até porque, se os partidos políticos e a intromissão de assuntos externos seriam, para a “Aliança”, os principais problemas do ME, nada impediria que os mesmos partidos atuem nos CAs e então reproduzam problemas similares.

O segundo equívoco, consequência de sua visão de “Movimento tipo UnB-DOC”, é crer que uma gestão de DCE é mera executora de tarefas burocráticas e que, para tanto, não necessita de um agrupamento sólido, com consistência e unidade política e organizativa para tocar suas tarefas. Sem tal unidade podemos até aglomerar forçar políticas das mais distintas para ganhar um DCE, é verdade, mas seremos incapazes de agir, pois cada parcela no interior do DCE apontaria para um lado, e logo anular-se-iam mutuamente. Aliás, novamente é isso que pretendem fazer UNE e ANEL nas próximas eleições de DCE: de acordo com um lema similar de “unir toda a esquerda”, eles preferirão ganhar o DCE a qualquer custo e se esfacelar depois internamente: nada mais burocrático!



Colômbia, 2011: Meio milhão de estudantes em greve e realizando mobilizações de massa barraram a Reforma Universitária de cunho privatista no país. As lutas dos povos na América Latina nos ensinam um exemplo a ser seguido.

O terceiro equívoco é, ainda que concordemos que a dimensão representativa para a organização e dinamização de um movimento na proporção de milhares ou milhões de pessoas seja crucial, pois seria inviável o encontro presencial destes, a saída está em pensar e resolver o problema da participação política. No entanto, estes “estudantes-que-estudam” da “Aliança” não enxergam três questões determinantes, entre outras, postas na realidade da vida: a geográfica, a sócio-político-cultural e a histórica: A Geográfica, pois, falando da UnB, estamos dizendo de uma escala territorial que permitiria sim o encontro presencial entre uma percentagem considerável dos estudantes; evidente que isto dependeria das variáveis de mobilização: capacidades do movimento e a conjuntura política. Mas mobilização, com agitação e propaganda, certamente é um termo que não consta no vocabulário da "Aliança". Aglomerar o estudantado em espaços de Assembleias Gerais é indispensável, onde tem-se a possibilidade do confronto de argumentos e da superação de velhas por novas ideias; Sócio-político-cultural, pois o movimento estudantil, por sua natureza, nasce autônomo e destituído de poder oficial tendo que, para atingir certas demandas, confrontar-se com estes mesmos poderes (departamentos, reitorias, conselhos superiores, governos e empresas) e, para tanto, o faz por meio de mobilizações de massa, ou seja, (inter)ações onde cada indivíduo compõe a força coletiva: Ações de massa ocorrem com calor dos corpos ocupando os espaços que sejam necessários de forma direta e não-delegada; e Histórica, pois vivemos

um período chamado por alguns de “pós-ideológico”, de “fim das utopias”, onde a “vitória do capitalismo” atestaria o suposto “fim da história” sobre o socialismo e onde a maioria dos setores que seriam considerados de “esquerda” adaptam à maré pós-moderna e/ou desenvolvimentista do capital, em que o maior exemplo é o PT ser o gestor de um Estado-capitalista a beira da crise e com ele carrega as principais organizações populares (UNE, CUT etc.) para a vala da inação institucional-burocrática: este período histórico tem forte influência sobre o refluxo político-organizativo que passa o movimento estudantil. Mas este deve ser um assunto muy “externo”...

movimento estudantil. Mas este deve ser um assunto muy “externo”...

A solução não é o atalho: “É preferível andar uma légua do que afogar uma égua”!

Não constatar a essência do problema do esvaziamento do ME faz a “Aliança” se ater à suas aparências. A verdade é que, não pretendendo mudar esta essência, pois a ideologia liberal é parte dela, pretendem apenas domesticar o que resta de potencial no ME: sua capacidade crítica e combativa. A “Aliança”, no fundo, não propõe nada além que a morte definitiva do Movimento Estudantil. Pois um movimento sem contato cara-a-cara, sem o caloroso debate de ideias fundamentadas, sem passagens em sala, sem manifestações, ocupações e sem confrontar a ordem estabelecida, simplesmente não é Movimento Estudantil: é um movimento de conservação.

Estamos sob o ataque imperioso da reestruturação produtiva, da ideologia pós-moderna e da política neoliberal. Resistir e intensificar os trabalhos de base, reintroduzindo o debate político no vazio deixado pela esquerda burocrática na UnB: eis nossa tarefa para combater a direita. Desconfiemos daqueles que nos propõem rápidas e fáceis soluções. Agrupemo-nos como uma oposição sem concessões às teorias liberal-burguesas. Ousemos voltar a acreditar no vir-a-ser do Movimento Estudantil Classista, Combativo e Independente em luta por uma Educação a Serviço do Povo: nossa tarefa histórica. 🇨🇦

UNA-SE À CCI! PELA REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL COMBATIVO!